

A ROUBALHEIRA FINANCEIRA NO MUNDO

E AS AÇÕES PARA CONTROLÁ-LA

1. A MAIOR LAVANDERIA DO MUNDO AMEAÇA FALIR
2. Enterrement du Secret bancaire en Suisse
3. A Islândia
4. Grandes empresas e Operação Zelots

A MAIOR LAVANDERIA DE DINHEIRO DO MUNDO AMEAÇA FALIR...

A SUÍÇA ESTREMECE...

Acredita-se que os brasileiros têm 400 bilhões de dólares em paraísos fiscais e na Suíça. A Argentina teria 200 bilhões.

Os belos bancos, elegantes, silenciosos de Basileia e Berna estão ofegantes. Poderia dizer-se que eles estão assistindo na penumbra a uma morte ou estão velando um moribundo. Esse moribundo, que talvez acabe mesmo morrendo, é o segredo bancário suíço. O ataque veio dos Estados Unidos, em acordo com o presidente

Obama. O primeiro tiro de advertência foi dado na quarta-feira.

A UBS - União de Bancos Suíços, gigantesca instituição bancária suíça, viu-se obrigada a fornecer os nomes de 250 clientes americanos por ela ajudados para defraudar o fisco. O banco protestou, mas os americanos ameaçaram retirar a sua licença nos Estados Unidos. Os suíços, então, passaram os nomes. E a vida bancária foi retomada tranquilamente. Mas, no fim da semana, o

ataque foi retomado. Desta vez os americanos golpearam forte, exigindo que a UBS forneça o nome dos seus 52.000 clientes titulares de contas ilegais. O banco protestou. A Suíça está temerosa.

O partido de extrema-direita, UDC (União Democrática do Centro), que detém um terço das cadeiras no Parlamento Federal, propõe que o segredo bancário seja inscrito e ancorado pela Constituição federal. Mas como resistir? A União de Bancos Suíços não pode perder sua licença nos EUA, pois é nesse país que auferem um terço dos seus benefícios. Um dos pilares da Suíça está sendo sacudido. O segredo bancário suíço não é coisa recente. Esse dogma foi proclamado por uma lei de 1934, embora já existisse desde 1714.

No início do século 19, o escritor francês Chateaubriand escreveu que, neutros nas grandes revoluções nos Estados que os rodeavam, os suíços enriqueceram à custa da desgraça alheia e fundaram os bancos em cima das calamidades humanas. Acabar com o segredo bancário será uma catástrofe econômica. Para Hans Rudolf Merz, presidente da Confederação Helvética, uma falência da União de Bancos Suíços custaria 300 bilhões de francos suíços (1 franco suíço = R\$ 2,94). E não se trata apenas do UBS. Toda a rede bancária do país funciona da mesma maneira.

O historiador suíço Jean Ziegler, no seu livro " A Suíça Lava Mais Branco ", denuncia a imoralidade helvética há mais de 30 anos e estima que os banqueiros do país, amparados no segredo

bancário, fazem frutificar três trilhões de dólares de fortunas privadas estrangeiras, sendo que os ativos estrangeiros chamados institucionais, como os fundos de pensão, são nitidamente minoritários. Ziegler acrescenta ainda que se calcula em 27% a parte da Suíça no conjunto dos mercados financeiros "offshore" do mundo, bem à frente de Luxemburgo, Caribe ou o extremo Oriente. Na Suíça, um pequeno país de 8 milhões de habitantes, 107 mil

peças trabalham em bancos. O manejo do dinheiro na Suíça, diz Ziegler, reveste-se de um caráter sacramental. Guardar, recolher, contar, especular e ocultar o dinheiro, são todos atos que se revestem de uma majestade ontológica, que nenhuma palavra deve macular e realiza-se em silêncio e recolhimento....

Onde foram parar as fortunas recolhidas pela Alemanha nazista? Onde estão as fortunas colossais de ditadores como Mobutu do Zaire, Eduardo dos Santos de Angola, dos Barões da droga Colombiana, Papa-Doc do Haiti, de Mugabe do Zimbabwe e da Máfia Russa? Quantos atuais e ex-governantes, presidentes, ministros, reis e outros instalados no poder, até em cargos mais discretos como prefeitos de municípios, têm polpudas contas na Suíça? Quantas ficam eternamente esquecidas na Suíça, congeladas, e quando os titulares das contas morrem ou caem da cadeira do poder, estas se tornam impossíveis de alcançar pelos legítimos herdeiros ou pelos países que indevidamente espoliaram? Por que, após a morte de Mobutu, os seus filhos nunca conseguiram entrar na Suíça? Tudo lá ficou para sempre e em segredo... Agora surge outro perigo, depois do duro golpe dos americanos. Na mini cúpula europeia que se realizou em Berlim (em preparação ao encontro do G-20 em Londres), França, Alemanha e Inglaterra (o que foi inesperado) chegaram a um acordo no sentido de sancionar os paraísos fiscais. "Precisamos de uma lista daqueles que recusam a cooperação internacional", vociferou a chanceler Angela Merkel. No domingo, o encarregado do departamento do Tesouro britânico Alistair Darling, apelou aos suíços para se ajustarem às leis fiscais e bancárias europeias. Vale observar, contudo, que a Suíça não foi convidada para participar do G-20 de Londres, quando serão debatidas as sanções a serem adotadas contra os paraísos fiscais.

Há muito tempo se deseja o fim do segredo bancário. Mas, até agora, em razão da prosperidade econômica mundial, todas as tentativas eram abortadas. Hoje estamos em crise. E viva a crise! Barack Obama, quando era senador, denunciou com perseverança a imoralidade desses remansos de paz para o dinheiro corrompido. Hoje ele é presidente. É preciso acrescentar que os Estados

Unidos têm muitos defeitos, mas a fraude fiscal sempre foi considerada um dos crimes mais graves no país. Nos anos 30, os americanos conseguiram caçar Al Capone. Sob que pretexto? Fraude fiscal! Muito em breve, haverá a queda do império financeiro suíço...

ENTERREMENT DU SECRET BANCAIRE : LA FIN DE LA PROSPÉRITÉ SUISSE ?

[HTTP://WWW.MONDE-ECONOMIQUE.CH/FR/POSTS/VIEW/ENTERREMENT-DU-SECRET-BANCAIRE-LA-FIN-DE-LA-PROSP%C3%A9RIT%C3%A9-SUISSE](http://www.monde-economique.ch/fr/posts/view/enterrement-du-secret-bancaire-la-fin-de-la-prosp%C3%A9rit%C3%A9-suisse)



Par la rédaction

Le 6 mai dernier, la Suisse s'est engagée auprès des membres de l'OCDE à pratiquer l'échange automatique de renseignements. Le nouveau système qui devrait entrer en vigueur en 2017 mettra fin au secret bancaire actuel. Cette disparition fait craindre à certains l'effondrement du système économique en place et la fin de la prospérité en Suisse. L'annonce retentissante faite à Paris résonne encore dans la tête de nombreux suisses. Le secret bancaire en place depuis 1934 dans la loi fédérale sur les banques et les caisses d'épargne à l'article 47 pourrait bientôt disparaître. En cause, l'évasion fiscale facilitée par le

secret bancaire qui fait perdre chaque année des milliards aux finances publiques des Etats tiers.

Le secret bancaire est un secret professionnel, semblable à celui des médecins. Il consiste à protéger les clients des banques de l'intrusion d'un tiers dans leurs données privées, que ce soit l'Etat ou un organe étranger. Le banquier ne peut ainsi divulguer aucune information concernant sa clientèle. Cette pratique, qui existe dans plusieurs pays, a permis à la Suisse de gagner en prestige dans le secteur économique mondial et l'a menée au statut de véritable place financière de première importance.

Cependant le secret bancaire qui se voulait au départ vertueux a permis le blanchiment d'argent ou encore l'évasion fiscale. La trop belle réputation de la Suisse lui a alors joué des tours et le petit pays s'est vu de plus en plus pointé du doigt par les géants comme les Etats-Unis et l'Europe. La Suisse est ainsi devenue la mauvaise élève. La pression est devenue si grande qu'elle a finalement mené à la signature de cet accord avec l'OCDE obligeant l'échange d'information automatique.

Concrètement, cela signifie que dans le futur les banques helvètes devront transmettre les informations sur les relevés de comptes, les produits financiers, les revenus d'intérêts, les dividendes ou encore les ventes.

Cet accord suscite évidemment de grandes inquiétudes au niveau international d'abord, car la Suisse risque de perdre en compétitivité. On peut en effet imaginer que sans le secret bancaire, les étrangers fortunés ne voient plus d'intérêt à placer leur argent en Suisse. Ces mêmes personnes qui ont déjà des comptes pourraient les fermer et se tourner vers de nouveaux paradis fiscaux plus attrayants.

Au niveau national, ensuite, car le secteur bancaire joue un rôle important non seulement pour l'économie du pays mais aussi pour l'emploi. Il représente en effet 12% du PIB suisse et regroupe selon l'OFS quelques 128'000 employés en 2012. Ceci pourrait déstabiliser un peu plus le secteur bancaire et ainsi engendrer des vagues de licenciements.

Les plus alarmistes disent enfin qu'avec la disparition de comptes en banque domiciliés en Suisse la Confédération va connaître un déclin économique certain.



Mais si la Suisse risque de perdre en attractivité et de devoir supprimer des emplois n'oublions pas qu'elle dispose de beaucoup d'atouts pour se démarquer des autres nations. Par exemple dans les domaines de la santé, de la formation, de la haute technologie, de la chimie ou encore de la pharmaceutique. Ces atouts constituent un label de qualité.

On connaît la fâcheuse tendance des économistes à inquiéter le peuple suisse quand il s'agit de modifier un pan du fonctionnement actuel. Certains discours concernant la fin du secret bancaire en Suisse donnent l'impression que toute l'économie et la viabilité du pays reposent sur ce seul pilier.

Néanmoins, la Suisse a su construire une image économique forte grâce à un large panel d'arguments. Il s'agit tout d'abord de son savoir-faire, notamment en matière de gestion de fortune, mais aussi de la stabilité de son système politique et juridique de même que pour son franc suisse. Les compétences de son personnel bancaire et fiscal ont, quant à elles su créer un climat favorable à la croissance du pays. Tout ceci en fait une des économies les plus prospères au monde.

Même si la santé économique pourrait prendre un coup suite à cette décision, ceci ne l'anéantira certainement pas. Rappelons par ailleurs que l'emploi dans le secteur bancaire représente 3.3% des emplois en Suisse et que la majorité des postes de travail se situent dans les PME.

On s'affole tellement autour de la fin du secret bancaire, qu'on en oublie que la Suisse reste une plaque tournante à l'échelle globale grâce à l'implantation de sièges internationaux d'entreprises de grandes renommées et d'institutions internationales comme l'ONU ou le CICR. N'oublions pas non plus son secteur horloger constituant une ressource immense d'exportation au niveau mondial.

Finalement, on ne peut réduire la Suisse à son seul secret bancaire. Les Helvètes sont ingénieux et regorgent de ressources pour faire avancer leur pays, ils ne doivent en aucun cas craindre l'écroulement de leur pays et la fin de leur histoire.



Alix Dettwiler- Rédactrice pour le magazine **Le Monde**

Economique

Copyright © Monde Economique - Tous droits réservés

Foi assim na Islândia e funcionou

Metam os banqueiros na cadeia (sem ‘resgatar’ nenhum)

9/6/2015, *Matthew Yglesias [atualizado]*, *Vox*

<http://www.vox.com/2015/6/9/8751267/iceland-capital-controls>

Ontem, o primeiro-ministro da Islândia Sigmundur Gunnlaugsson anunciou um plano [[“Islândia aprofunda controle de capitais, para ampliar a recuperação”](#), *Guardian*] que, essencialmente, reforça o ineditismo e o sucesso exemplar da abordagem que a Islândia adotou para fazer frente à crise econômica — abordagem que está tendo grande sucesso, por mais que em tudo divirja do que as elites financeiras globais preferem e recomendam.

Em vez de abraçar a ortodoxia dos ‘resgates’ de bancos, a chamada ‘austeridade’ [[não é austeridade. É ARROCHO](#)] e o mito da inflação baixa, a Islândia fez precisamente o contrário. E, apesar de sua economia ter sido golpeado pela crise dos bancos talvez mais furiosamente que qualquer outra economia no planeta, o trabalho na Islândia não deteriorou como se viu em outros países, e o país vive hoje impressionante recuperação.

Querem saber o tamanho da recuperação da Islândia? OK. É só comparar o desemprego na Islândia, com o da Irlanda, menina dos olhos do ‘Pessoal Realmente Sério’ ([Gráfico 1](#)).

Ou comparar a evolução do desemprego na Islândia e, digamos, nos EUA ([Gráfico 2](#)).

E como foi que a Islândia conseguiu?

– Os bancos que se danem

Para começar, em vez de tirar aposentadorias e salários dos mais pobres e mobilizar recursos públicos, para garantir que os bancos não dessem calote em suas várias dívidas com outros bancos, a Islândia decidiu que os bancos que se danem.

Vários executivos dos bancos mais importantes da Islândia foram processados e julgados como criminosos.

– Rejeitar a ‘austeridade’ [não é austeridade: é ARROCHO]

Mas, sim, a Islândia sofreu recessão muito grave, que fez a relação dívida/PIB chegar à estratosfera. Mas mesmo depois de continuada piora nessa proporção, o governo manteve o sangue frio. Deu prioridade sempre à recuperação. E quando a recuperação do país afinal começou a aparecer nas ruas e na vida dos islandeses, apareceu também na proporção Dívida/PIB: a proporção começou a diminuir. E o governo deixou que continuasse a cair suavemente.

– Desvalorizar e aceitar a inflação

Já se sabe que não há almoço grátis nessa vida, e nenhum país recupera-se de recessão severa sem passar por momentos muito difíceis. Mas, enquanto países mais desenvolvidos atravessaram anos de desemprego assustadoramente alto, com inflação baixíssima, a Islândia buscou situação exatamente oposta. Deixou que a moeda nacional desabasse na relação com o dólar, o que, naturalmente, elevou ainda mais os preços.

Mas, resultado do mesmo processo, as indústrias islandesas de exportação rapidamente ganharam mercados em todo o mundo. O desemprego ainda aumentava, mas parou de aumentar quando chegou a modestos 7,6%, depois do que começou regularmente a cair. Nos EUA e na Europa **[e nooooooooooooooooooutros países, vocês sabem bem quais... (NTs)]** a prioridade foi manter baixa a inflação, para proteger o valor do patrimônio dos mais ricos. A Islândia, não. A Islândia deu prioridade a manter os empregos. E funcionou.

– Impor controles temporários sobre o capital

No contexto do calote de bancos e com moeda cadente, o governo entendeu que era necessário impor medidas adicionais – *controle de capitais*, regulações que proibiam cidadãos islandeses de retirar do país o dinheiro deles. É grave violação da ortodoxia do ‘livre mercadismo’. Mais importante, pode criar graves complicações para a vida dos cidadãos comuns e impedir a criação de novos negócios. Em alguns países, o controle de capitais tornou-se campo fértil para corrupção e outros crimes.

Foi o que levou alguns a concluir que, não importa o quão bem funcionem *no campo econômico*, as políticas heterodoxas sempre estão condenadas fatalmente ao fracasso *no campo político*.

A Islândia mostra que não, não é bem assim sempre. Conceber boas políticas econômicas e conduzi-las adequadamente não é fácil, mas pode ser feito. E o proveito de fazer as coisas certas – desvalorizar massivamente a moeda, em seguida impor controles para conter a fuga de capitais, e retirar os controles logo que a economia esteja recuperada – pode ser muito, muito grande.

A Islândia passou por tempos difíceis ao longo dos últimos sete, oito anos, mas não aconteceu só com ela: muitos outros países também enfrentaram dificuldades. As coisas estão melhorando agora na Islândia, porque os governantes tiveram a coragem, a competência para, e o desejo de, rejeitar inúmeros itens dos saberes convencionais auto-promovidos que tanto mal causaram a tantos outros países.

Vídeo (ing.): [Como os ricos roubaram a recuperação, num quadro](http://www.vox.com/2015/6/9/8751267/iceland-capital-controls)

<http://www.vox.com/2015/6/9/8751267/iceland-capital-controls>

Coragem da Islândia para enfrentar bancos

Cesar Fonseca em 14/06/2015



A RESISTÊNCIA ISLANDESA À TERAPIA NEOLIBERAL SE TRADUZ EM RECUPERAÇÃO ECONÔMICA COM MAIOR VOLUME DE RECURSOS PARA OS SETORES SOCIAIS EM LUGAR DE PRIORIDADE AOS INTERESSES DOS CREDORES. O primeiro ministro da Islândia, Sigmundur Gunnlaugsson, do Partido do Progresso, no poder desde 2013, declarou semana passada no Guardian londrino que a saída para os países emergentes que se encaixaram na bancarrota capitalista global de 2007-2008, cujas consequências persistem, destruidoras, é controlar a entrada e saída de capital especulativo na economia. Ao mesmo tempo, faz-se necessário desvalorizar a moeda, para aumentar exportações e recuperar as forças produtivas internas. O preço a pagar por isso é o aumento da inflação, mas esse sacrifício é menor do que ficar suportando arrochos macroeconômicos que nunca têm fim e cujos resultados são dívidas, juros altos, sobrevalorizações cambiais artificiais, que levam à completa desvalorização do patrimônio público, para ser adquirido a preço barato pelos especuladores internacionais, desnacionalizando, completamente, a economia. A Islândia (323 mil habitantes em 103 mil km², entre Europa continental e Groelândia, com PIB de 13,8 bilhões de dólares e renda per capital de 43 mil dólares), destacou Gunnlaugsson, disse NÃO aos bancos e partiu para renegociar dívidas com credores de entidades financeiras que quebraram, de modo a criar novo ambiente de recuperação econômica no País. Controlar capital especulativo, que está sendo produzido pelas expansões monetárias adotadas pelas potências ricas, de modo a desvalorizar suas moedas, favorecendo exportações, e colocando taxas de juros no patamar zero ou negativo, que implicam não pagar rendimentos aos detentores dos títulos públicos, reduzindo dívidas, de maneira forçada, é a receita dos ricos, que exportam para os pobres os seus problemas. Para as economias

emergentes, portanto, a saída é a coragem política da defesa nacionalista do patrimônio público. Caso contrário, será destruído pela lógica da especulação financeira. Gunnlaugsson faria sucesso absoluto se tivesse sido convidado pelo PT para falar no 5º Congresso Nacional do partido, semana passada, em Salvador, durante o qual os petistas, em vez de assumirem com coragem posições antineoliberais, contra as quais o primier islandês alerta, pelo perigo que representam em termos de empobrecimento da população, preferiram a acomodação. Acreditam em fugaz esperança de que o arrocho levyano representa salvação, na qual os islandeses, por exemplo, não acreditam. Ao contrário, eles, como os gregos, resolveram reagir, para não se sucumbirem.

***O governo Dilma
está encurralado
pelos agiotas que
não abrem mão
dos seus privilégios
no orçamento da União***



O Brasil estaria ou não em outra, se a presidenta Dilma tomasse decisões semelhantes às de Sigmundur Gunnlaugsson, de privilegiar o interesse dos trabalhadores, no orçamento geral da União, e não o dos banqueiros, que levam 45% do total das receitas orçamentárias, estimadas, em 2015, em R\$ 2,8 trilhões? Sem o norte dos interesses populares como guia, o PT vai para as eleições de 2016 e 2018 vulnerável? Ao contrário, Gunnlaugsson pregou prioridade aos trabalhadores e se encontra avalizado para seguir adiante com apoio popular, porque deixou em segundo plano prioridade para os agiotas.

O tempo de arriar as calças para os banqueiros, a fim de satisfazer as exigências deles, às custas do sofrimento dos assalariados, em nome de austeridades que não passam de puro ARROCHO, cujas consequências são subdesenvolvimento econômico, está ou não chegando ao fim?

As resistências, por exemplo, do governo grego de Alexis Tsipras estão deixando os poderosos da troika europeia – FMI-UNIÃO EUROPEIA-BCE – de cabelos em pé.

Essa semana é decisiva.

O FMI, que abandonou as negociações, semana passada, tenta rearticular uma dose maior de pressão.

Qual seria o resultado prático: saída da Grécia da zona do euro ou a acomodação da zona do euro às propostas da Grécia?

A Islândia está demonstrando que ficar fora da zona do euro não representa desastre maior do que permanecer dentro dela, que se transformou em inferno.

Tsipras conta com o apoio democrático dado pela sociedade grega nas últimas eleições quando disse NÃO à terapia econômica da troika.

Fora desse contexto democrático pintaria radicalização.

É bom lembrar a experiência brasileira.

Primeiro, JK(1956-1961) mandou o FMI tomar banho na soda, quando o Fundo tentou barrar a construção de Brasília.

Segundo, Delfim Netto, igualmente, no governo Figueiredo(1979-1985), assinou sete cartas de intensão colocadas na mesa pelo FMI.

Todas as sete foram rasgadas.

O FMI queria uma dose superior de arrocho que levaria a sociedade às ruas para derrubar a ditadura militar, abalada depois de o Banco Central americano puxar as taxas de juros, de 5% para 20%, em 1979.

O argumento americano era o de que se fazia necessário salvar o dólar da desvalorização decorrente do excessivo déficit público dos Estados Unidos, acumulados durante a guerra fria.

Antes, em 1974, Washington descolara o dólar das reservas de ouro, jogando o padrão ouro nas calendas.

O dólar sem lastro jogou a economia mundial na financeirização econômica global.

As elites políticas conservadoras, liberais, de direita, na periferia capitalista arriaram, como sempre, as calças.

A massa especulativa de dinheiro que os americanos jogaram na circulação capitalista exigiu desregulamentação das regras financeiras em todo o mundo.

Com o dinheiro farto, os governos ricos europeus, como Alemanha, França, Itália, receberam, a partir dos anos 1990, essa grana e repassaram-na aos governos dos países mais pobres, europeus.

Nos anos 2000, Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha se sentiram imensamente ricos.

As rendas dos consumidores, com essa fartura de capital especulativo, estavam sendo garantidas na especulação em bolsas.

A tecnologia financeira, impulsionada pelos gênios da engenharia do dinheiro barato, reproduziu capital especulativo que nem coelhos.

Emergiram as bolhas que implodiriam geral na bancarrota de 2007-2008.

As potências europeias, diante do estouro, nos Estados Unidos, cobraram dos governos aos quais repassaram os papéis podres, austeridade, ARROCHO etc.

Cortar gastos, fazer superavit primário, impor arrocho salarial, vender patrimônios públicos, privatizar tudo, aumentar, sem limites, as tarifas públicas, expandir o desemprego em escala insuportável – eis o receituário.

A Islândia, nesse contexto, em 2013, realizou eleições, e o programa da direita social democrata foi reprovado nas urnas.

Uma coalizão de esquerda subiu ao poder, comandada pelo Partido do Progresso e o Partido da Independência, tendo como primeiro ministro Sigmundur Gunnlaugsson.

O que os islandeses fizeram?

O contrário da recomendação da troika.

Deixaram a moeda desvalorizar o quanto foi necessário e suportou a inflação alta com taxa de desemprego que alcançou quase os 8% da população economicamente ativa.

Descartam a receita dos poderosos banqueiros da zona do euro.

Fizeram, mais ou menos, o que Delfim, entre 1979/82, fez no Brasil: duas maxidesvalorizações cambiais.

A moeda desvalorizada favoreceu a indústria, que passou a exportar, e a inflação, que subiu exageradamente, por determinado período, levou os trabalhadores a resistirem ao arrocho salarial, com rendimentos subindo pouco abaixo da inflação.

As empresas estatais, que os militares, na ditadura, construíram, foram utilizadas por Delfim, para pegar empréstimos externos, dando como garantia seu próprio patrimônio, sem privatização, de modo a fechar deficit em contas correntes do balanço de pagamentos.

A ditadura militar brasileira utilizou as estatais como anteparo às pressões externas por alienação do patrimônio público.

Se tivesse privatizado não haveria o instrumento para levantar dinheiro.

O patrimônio econômico público foi preservado, ao contrário do que aconteceria na Era FHC, em que foi doado, na bacia das almas, para os credores.

Foi essa garantia estatal, expressa nas empresas estatais, que permitiu ao governo Figueiredo fazer o que os islandeses fizeram depois da crise de 2007-2008, ou seja, desvalorizar a moeda e deixar a inflação flutuar ascendentemente.

O governo de Alexis Tsipras, nesse momento, tenta fazer, exatamente, o que o governo da Islândia faz.

O que os islandeses estão praticando é o oposto do que recomenda a troika europeia: controle da livre circulação do capital especulativo sem garantia real.

Depois que os americanos, cheios de déficits, em 1974, descolaram o dólar do ouro, dando beijo na praça global, impondo, em seguida, liberdade total de circulação de capital especulativo sem lastro(dólar descolado do ouro é isso aí, capital especulativo sem lastro), a instabilidade econômica se globalizou.

Na Era FHC(1994-2002), o Banco Central, sob comando de Armínio Fraga, não fez outra coisa senão eliminar os controles internos à livre circulação do capital especulativo.

Já no Governo Collor(1990-1992), Armínio, como diretor da área internacinal do BC, remanescente do Fundo Quantum, de George Soros, tinha tomado providências, para escancarar a porteira, como denunciou, minuciosamente, Lauro Campos, em “O Brasil de bandeja”, Senado Federal, 1994.

A livre circulação de capital global está apavorando a presidenta Dilma Rousseff.

Ela voltou apavorada da Europa, onde esteve, semana passada, alardeando que a inflação brasileira está sob ataque do câmbio praticado pelas potências, cuja opção é a expansão monetária especulativa.

Vai fazer o que depois dessa constatação?

Continuará suportando o insuportável, a imposição dramática de fora para dentro ou partirá para o nacionalismo financeiro expresso em controle de capitais?

A Islândia, para enfrentar as políticas monetárias das potências, que têm lá seus controles de entrada de capitais, expressos nas suas expansões monetárias, cujas consequências são eutanásia dos rentistas, condenados a não terem rendimentos sobre os títulos públicos que adquirem, ergueu a cabeça e disse o que Dom Petro I bradou, em 1822, às margens do Ipiranga: INDEPENDÊNCIA OU MORTE!

Coragem é a palavra-chave dos

islandeses(Vox<http://www.vox.com/2015/6/9/8751267/iceland-capital-controls>).

Com coragem recuperaram sua economia.

Vejam os números e comparem o desemprego na Islândia com o da Irlanda, obediente à troika(Gráfico 1), e a evolução do desemprego islandês com o desemprego americano(Gráfico 2).

Qual a receita do primeiro ministro Gunnlaugsson?

Simple: priorizar o interesse da população, não o dos banqueiros.([Como os ricos roubaram a recuperação, num quadro](#))

Grandes empresas levam Operação Zelotes para longe do noticiário

Operação Zelotes investiga escândalo de sonegação de impostos | Foto: Reprodução

Hylde

Cavalcanti

[Da RBA](#)

A investigação de crimes praticados por grandes empresários, detentores de fatia considerável do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, caminha relegada ao desinteresse por falta de associação a um escândalo que reverta em dividendos ou prejuízos políticos. O tratamento dado por parte do

Judiciário e da imprensa à Operação Zelotes é uma amostra disso, se comparado à Lava Jato. Essa tem sido a constatação de parlamentares, representantes do Ministério Público, analistas econômicos e profissionais do meio jurídico, que se debruçam sobre a elucidação de um escândalo que pode chegar R\$ 19 bilhões desviados do Tesouro Nacional.

Leia

mais:

[Sonegação dos ricos rouba R\\$ 200 bilhões em cinco meses](#)

A Operação Zelotes foi deflagrada em 28 de março por diversos órgãos de investigação em conjunto com a Polícia Federal. Resultou na descoberta de uma fraude com a Receita Federal, no período de 2005 a 2013 – grandes empresas subornavam integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado à Fazenda, para serem absolvidas do pagamento de impostos ou reduzir de forma significativa o valor a ser pago. Entre as empresas investigadas estão grandes corporações, como RBS (maior afiliada da Rede Globo), Gerdau, Votorantim, Ford, Mitsubishi, BRF (antiga Brasil Foods), Camargo Corrêa, e os bancos Santander, Bradesco, Safra, BankBoston, Pactual, Brascan e Opportunity.

Enquanto em várias operações de caráter semelhante essa fase já teria resultado em prisões preventivas e medidas mais adiantadas, autoridades, Ministério Público e parlamentares alertam para o risco de a investigação não chegar a um resultado efetivo. Segundo o procurador da República Frederico Paiva, “o caso até agora não entusiasmou nem o Poder Judiciário nem a mídia, ao contrário do que acontece com a Operação Lava Jato”. Ele criticou o que chamou de “passividade” por parte dos órgãos envolvidos na investigação e afirmou, durante audiência pública no Congresso Nacional, que os escândalos de corrupção no Brasil só despertam interesse quando há políticos no meio. “Quando atingem o poder econômico, não há a mesma sensibilidade. É preciso que a corrupção seja combatida por todos. Os valores são estratosféricos”, afirmou.

Procurador Paiva debate com senador Paulo Pimenta em audiência sobre investigação da Operação Zelotes | Foto: Luís Macedo/Câmara dos Deputados

Representações

O MP entrou com representação na Corregedoria do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região contra o juiz responsável pela operação, Ricardo Leite, da 10ª Vara de Brasília. Leite só entregou os documentos referentes ao inquérito em curso à CPI em 1º de junho, e teria tomado decisões que não ajudaram as investigações. Ele só se manifestou pelos autos, negou a prisão temporária de 26 pessoas suspeitas de integrar o esquema e rejeitou o pedido de bloqueio de bens de investigados.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) divulgou que entrará com medida no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o magistrado. Ele acusa Ricardo Leite de ser responsável por processos antigos contra personagens da Zelotes que não foram nem sequer chamados a depor. “A conduta prejudica o combate à corrupção e ao crime do colarinho branco no Brasil”, acusa.

Segundo Frederico Paiva, o MP se prepara para apresentar à Justiça, até julho, denúncias formais por corrupção e lavagem de dinheiro contra investigados na Zelotes. No total, são analisados 74 processos do Carf com suspeita de serem resultado de fraudes. Entre 15 e 20 tratam de valores que chegam a irregularidades da ordem de R\$ 5 bilhões. O procurador acha que não será possível reunir provas suficientes para anular a maior parte dos 74 julgamentos suspeitos. “O Ministério Público não

vai conseguir, infelizmente, alcançar 10% dos ilícitos que foram praticados no caso”, diz. “É preciso que o Poder Judiciário entenda que provas contra a corrupção só são obtidas com medidas invasivas.”

Delegados envolvidos nas investigações já acenaram que, em mais de 90% dos casos, podem não ser encontrados indícios suficientes para anular as supostas irregularidades, por causa da negativa de várias medidas investigativas que dificultou a obtenção de provas. Eles querem desmembrar as investigações, numa forma de tentar contornar as dificuldades e agilizar os trabalhos. “Muita coisa que foi praticada não terá processo. Alguns vão ficar para trás”, lamenta o procurador.

Autor: Kayser/RBA

Problemas estruturais

O escândalo envolvendo o Carf descortina dois problemas estruturais brasileiros. O primeiro é o modo de funcionamento do conselho em si. O segundo, a dificuldade de se apurar e julgar crimes tributários no país. Para o procurador Frederico Paiva, esse atual modelo do órgão, que será reformulado, é propício à corrupção e ao tráfico de influência.

“Para fazer investigações desse tipo dependemos antes, muitas vezes, da atuação da Receita Federal, que precisa atestar a existência do crédito tributário definitivo, decorrente de uma fraude. E isso dificulta nosso trabalho”, afirma o delegado da PF e coordenador-geral de Polícia Fazendária, Hugo de Barros Correia, ao destacar que, por esse motivo, tem diminuído o número de inquéritos na área de direito penal tributário no país – sem falar que a PF só pode investigar casos de sonegação previamente investigados no Carf.

No início de maio, um levantamento feito pelo gabinete do senador Otto Alencar (PSD-BA) constatou que mais de 120 mil processos tramitam no Carf, contestando a cobrança de R\$ 565 bilhões em impostos e multas. “Se o governo fizer um Refis, dispensar multas e juros e der um desconto de 30% sobre o valor devido, ainda receberia o suficiente para evitar esse doloroso ajuste fiscal”, avaliou o senador, ao divulgar os dados.

A lista surpreende pelos números: apresenta 780 processos com valores acima de R\$ 100 milhões sendo contestados, além de 4.295 ações com valores entre R\$ 10 milhões e 100 milhões e 13.190 referentes a valores entre R\$ 100 mil e R\$ 10 milhões. Outros 93.698 processos de empresas com pendências na Receita pedindo a revisão das dívidas têm valores abaixo de R\$ 100 mil.

Coelho, da OAB, pede mudanças no Carf | Foto: Eugênio Novaes/OAB.ORG.BR

O menor grupo, composto por 780 ações, corresponde ao maior valor em impostos e multas que a União teria a receber de grandes empresas: soma mais de R\$ 357 bilhões. “É nesse grupo que estão os grandes clientes, que pagam propinas aos conselheiros para ter os valores anulados ou reduzidos. O Carf foi criado para poupar os grandes conglomerados de pagar impostos”, critica o senador.

Reformulação

O Carf tem atualmente 27 conselheiros (há sete cargos vagos), indicados entre representantes dos contribuintes e do fisco, em igual proporção. As indicações de representantes da iniciativa privada

costumam ser feitas pelas confederações nacionais da Indústria (CNI), do Comércio (CNC) e da Agricultura (CNA). Os conselheiros não são remunerados. Pelo que tem sido descoberto, muitos deles, no entanto, trataram de dar um jeito próprio de compensar esse detalhe. Segundo o que foi apurado até agora, foram usadas, inclusive, empresas de fachada para fazer a intermediação com os empresários interessados em pagar pela propina para se dar bem nos julgamentos.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, chegou a anunciar que uma reformulação do conselho, depois de todos esses escândalos, “trará clareza para os contribuintes e segurança para o governo”. Levy disse que a proposta definitiva de reforma do regimento do órgão seria publicada até o início deste mês de junho. O texto foi submetido a consulta pública e, conforme explicou o ministro, as sugestões apresentadas pela sociedade estão sendo consolidadas. As mudanças passam por redução do número de turmas e reorganização da câmara superior de julgamentos.

Levy recebeu do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coêlho, um documento com propostas de reforma. A principal medida, aprovada no último dia 18 de maio pela entidade, é a proibição para que advogados com papel de conselheiros no Carf exerçam a advocacia privada. “A OAB poderia vetar a atuação no Carf apenas a advogados que atuassem em causas contra a Fazenda Nacional. Entendemos que o impedimento cabe em qualquer situação”, explica o presidente da OAB.

Como forma de equilibrar a situação dos conselheiros que são advogados, a sugestão da Ordem é que esses profissionais, quando passarem a integrar o Carf, recebam salários entre R\$ 11 mil e R\$ 22 mil. O projeto já foi enviado ao Congresso Nacional.

Senadora Vanessa oede restituição aos cofres | Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

No Senado, onde foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso, a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou que a comissão quer ter acesso ao máximo de informações. “O resultado que queremos obter não é só punir e prender empresas e culpados, mas trazer para os cofres públicos os recursos que nunca poderiam ter saído”, ressalta. Os senadores querem mais. “O principal objetivo da CPI é investigar as razões da existência do esquema criminoso e, ao mesmo tempo, obter informações para orientar a adoção de medidas que evitem a repetição de tão lamentáveis fatos”, completa o presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (-PSDB-TO).

Na Câmara, por sua vez, o deputado Paulo Pimenta, relator de subcomissão da Casa que acompanha as apurações do escândalo, afirmou que já pediu ao juiz Ricardo Leite para ter acesso ao processo, que está sob sigilo de Justiça. Jornalista por formação, Pimenta terminou envolvido em uma polêmica com a mídia após ter sido acusado pelo jornal Folha de S.Paulo de “inflar” a Operação Zelotes com interesses de abafar a Lava Jato.

“A imprensa brasileira trabalha os casos de corrupção não a partir do ato em si, mas a partir de quem praticou a corrupção e quem está envolvido nesses escândalos. Só depois desse filtro, dessa censura prévia, e só depois de verificar se não irá atingir interesses dos grupos econômicos influentes, é que a imprensa decide qual o tamanho da cobertura jornalística que dedicará, ou, então, se irá varrer os acontecimentos para debaixo do tapete, sumindo com esses fatos do noticiário”, rebateu. Para

Pimenta, com todos os empecilhos observados até agora, o caminho para o desfecho do caso está apenas começando.

Compartilhe isso:

-
-

Tags: [BankBoston](#), [Bradesco](#), [Brascan](#), [brf](#), [Camargo](#), [Corrêa](#), e os [bancos Santander](#), [Ford](#), [gerdau](#), [grandes empresa](#), [Mitsubishi](#), [Opportunity](#), [Pactual](#), [RBS](#), [safra](#), [sonegação](#), [Votorantim](#), [Zelotes](#)

Comentar

Nome (required)

E-mail (required)

Website

Comment moderation is enabled. Your comment may take some time to appear.